

Banco Financiero y de Ahorros, S.A. (Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid)

Domicilio social: Paseo de la Castellana, 189 - 28046 - Madrid - España
Sucursal em Portugal: Rua Rodrigo da Fonseca, n° 6/8 1250-191 LISBOA

Relatório de Gestão do Banco Financiero y de Ahorros, S.A. e subsidiárias que compõem o Grupo Banco Financiero y de Ahorros referente ao exercício de 2010.

Constituição

A 3 de Dezembro de 2010, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid, Caja de Ahorros de Valencia, Castellón y Alicante (Bancaja), Caja Insular de Ahorros de Canarias, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ávila, Caixa d'Estalvis Laietana, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Segovia e Caja de Ahorros de la Rioja (as Caixas) constituíram o Banco Financiero y de Ahorros, S.A. (o Banco) com um capital social de 18 milhões de euros integralmente subscrito e realizado através de uma contribuição monetária na seguinte proporção: 52,06% Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid, 37,70% Bancaja, 2,45% Caja Insular de Ahorros de Canarias, 2,33% Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ávila, 2,11% Caixa d'Estalvis Laietana, 2,01% Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Segovia e 1,34% Caja de Ahorros de la Rioja.

Na mesma data, o Banco aderiu ao "Acordo de Integração para o Estabelecimento de um Grupo Contratual" (Acordo de Integração) que as Caixas tinham assinado a 30 de Julho de 2010, a fim de constituir um Grupo Contratual a ser articulado em torno da figura de um Sistema de Protecção Institucional (SIP). O Banco, cujo objecto social inclui as actividades típicas das instituições de crédito, aderiu ao referido acordo como entidade principal (Sociedade Central) do Grupo económico com base contratual (o Grupo).

O Acordo de Integração tem como objectivo a configuração do Grupo como uma organização integrada, reconhecida como um grupo consolidado do ponto de vista da contabilidade e da regulamentação e como um instrumento de concentração do ponto de vista das leis sobre a concorrência. Os elementos-chave de estruturação do Grupo são os seguintes:

- O estabelecimento de uma instituição central de gestão situada no Banco, que é definida como a matriz do Grupo na qual estão integradas as Caixas. As Caixas delegaram no Banco as competências necessárias para a gestão unitária do Grupo; em particular, o Banco tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais das restantes entidades do Grupo.
- A articulação de uma integração financeira global, cujo objectivo é que o Grupo, sob a direcção do Banco, possa apresentar-se perante os órgãos reguladores e os mercados como uma entidade única e com um único risco. Os mecanismos da integração financeira previstos no Acordo de Integração são três:
 - i. O Sistema de Apoio Mútuo que consiste na obrigação mútua de assistência financeira sob a forma de garantia de solvabilidade e de liquidez entre os membros do Grupo. O Banco, como Sociedade Central, e as Caixas empenham no Sistema de Apoio Mútuo todos os seus recursos próprios.
 - ii. O Sistema de Tesouraria Global (Cash Pooling), isto é, a gestão centralizada da tesouraria com um triplo objectivo: estabelecer uma única posição de liquidez agregada ao nível do Grupo, manter um acesso unificado aos mercados financeiros e que o grupo actue como uma entidade única face ao Euro sistema e outras Instituições

Financeiras. Todas as emissões do Grupo contarão com a garantia de todas as entidades do Grupo.

iii. O estabelecimento de um Fundo Comum de Resultados destinado a fortalecer a profundidade da integração e a dotá-la de um esquema equilibrado de fluxos financeiros e de incentivos. Para além dos activos e dos passivos com que as Caixas contribuíram para o Banco, a partir de 01 de Janeiro de 2011, as Caixas mutualizarão 100% dos resultados do negócio realizado em cada Caixa proveniente dos activos e dos passivos com os quais não contribuíram para o Banco em cada momento.

- A implementação de um programa avançado de integração funcional organizado em torno de (i) a centralização das estratégias e políticas (em matéria de finanças, de risco, comercial, de marketing e comunicação, de marca, de investimentos industriais, etc.) (ii) a integração operacional e tecnológica (serviços corporativos comuns, plataforma de tecnologia, veículos de acesso aos mercados de capitais, etc.), e (iii) o desenvolvimento integrado e/ou conjunto de empresas uma vez que as Caixas concordaram com a partilha, através da sua contribuição para o Banco, de todas as empresas por elas geridas actualmente, quer directa quer indirectamente através de um qualquer veículo, excepto essencialmente no que se refere aos Montes de Piedad e à Obra Social e Cultural.

Tudo isto preservando a identidade jurídica e territorial de cada uma das Caixas, que irão exercer os poderes de gestão sobre o negócio bancário minoritário territorial no contexto das políticas do Grupo, bem como em relação à obra social.

Evolução do negócio em 2010

Para efeitos de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas correspondentes a 2010, a data efectiva em que ocorre a combinação dos negócios do Grupo que deriva do referido Acordo de Integração foi 31 de Dezembro de 2010, altura em que se reuniram as condições estabelecidas no referido Acordo de Integração e as circunstâncias necessárias para o estabelecimento do Grupo económico de base contratual para tais fins. Por isso, não é possível discutir-se a evolução da actividade durante o ano de 2010, a não ser a sua situação no momento do seu fecho.

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos totais na folha de balanço do Grupo ascendiam a 328 277 milhões de euros e o volume de negócios bancários (que consiste em empréstimos aos clientes, os recursos de clientes geridos e os passivos por contratos de seguros) excedeu os 484 700 milhões de euros, tornando, assim, o Grupo Banco Financiero y de Ahorros no terceiro maior grupo financeiro espanhol e confirmando a sua vocação de liderança, apoiada por um suporte em todo o território nacional.

O crédito aos clientes, principal componente do activo excedeu os 214 554 milhões de euros, 223 236 em termos brutos (antes dos ajustes de valor) dos quais 65% são empréstimos com garantias reais, na sua maioria créditos ao sector privado para aquisição de habitação com hipotecas. O crédito ao sector privado não residente registou um saldo ligeiramente superior a 10 153 milhões de euros, enquanto que o crédito à Administração Pública situou-se nos 6 067 milhões de euros. De referir que o rácio de morosidade do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2010, se situou nos 6,3% e atingiu uma cobertura de 61%.

Do lado do passivo, os recursos dos clientes considerados no balanço (depósitos de clientes, títulos de dívida e dívida subordinada excluindo as participações preferenciais subscritas pelo

Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria, FROB) totalizaram 248 088 mil euros no final do ano.

Os depósitos de clientes ascenderam a 165 448 milhões de euros dos quais 140227 milhões correspondem a saldos provenientes do sector privado residente, na maior parte depósitos a prazo. Os depósitos provenientes de não residentes ascenderam a 18 976 milhões de euros, com destaque para as posições mantidas em cessões temporárias, 14 701 milhões, que se referem essencialmente a operações realizadas através das plataformas de negociação e das câmaras de compensação Eurex Repo e London Clearing House. Por fim, os saldos provenientes das Administrações Públicas ascenderam a 5 013 milhões de euros.

Por seu lado, os débitos representados por valores negociáveis situaram-se nos 72 010 milhões de euros. De destacar que, no contexto da política de financiamento coordenada para as Caixas que formaram o Grupo Banco Financiero y de Ahorros, foi feita em Novembro uma troca de emissões da Caja Madrid y Bancaja, o que permitiu melhorar o perfil dos vencimentos do novo Grupo. Por fim, o saldo em dívida subordinada totalizou 15 095 milhões de euros, incluindo 4.465 milhões de participações preferenciais emitidas pelo Banco e integralmente subscritas e financiadas pelo FROB nos termos do acordo adoptado pelo Comité de Administração do referido Fundo para apoiar financeiramente o processo de integração das Caixas.

Por fim, os recursos de clientes geridos extra balanço, isto é, os activos sob gestão em empresas e fundos de investimento, fundos de pensão e seguros de poupança totalizaram 21 713 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2010, os capitais próprios contabilizados do Grupo Banco Financiero y de Ahorros totalizaram 23 755 milhões de euros, dos quais 17 850 milhões corresponderam a capitais próprios básicos ou de primeira categoria. O rácio de solvabilidade do Grupo foi de 11,94% e o Tier 1 de 8,97%. Por outro lado, a proporção de capitais principais do Grupo a 31 de Dezembro de 2010, conforme definido no Real Decreto-Lei 2/2011 de 18 de Fevereiro, para o fortalecimento do sistema financeiro ascendeu a 7,10%, abaixo do mínimo exigido no referido Real Decreto-Lei pelo que a direcção do Grupo está, actualmente, a avaliar diversas alternativas para a geração de capital, além da geração normal do mesmo, que permita aumentar os rácios de solvabilidade.

Após a aquisição das Caixas e subgrupos correspondentes pelo Banco a 31 de Dezembro de 2010, a demonstração dos resultados consolidados do Grupo não inclui qualquer receita nem despesa por parte das Caixas nem das respectivas afiliadas. No entanto, foi considerada uma demonstração dos resultados consolidados pró-forma do Grupo para o ano de 2010 no pressuposto de que o banco adquiriu o controlo das Caixas e subgrupos correspondentes no dia 01 de Janeiro de 2010. A demonstração de perdas e ganhos pro-forma foi obtida pela soma dos itens correspondentes apresentados nas demonstrações financeiras das Caixas e suas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas durante o ano de 2010 e as demonstrações financeiras individuais líquidas do Banco consequentes das operações intra-grupo.

Demonstração de perdas e ganhos pró-forma consolidada relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

(em milhares de euros)	2010
Receita líquida dos juros	3.134.701
Rendimento de instrumentos de capital	121.284
Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação	123.911
Comissões líquidas	1.157.815
Resultados de operações financeiras e diferenças de câmbio (líquido)	1.427.584
Outras receitas e encargos operacionais	84.184
Margem bruta	6.049.479
Despesas de administração	(2.738.946)
Amortização	(347.052)
Dotações para provisões (líquido)	(1.406.352)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	(747.620)
Resultado da actividade de exploração	809.509
Outros resultados líquidos	(308.719)
Resultado antes de impostos	500.790
Imposto sobre os lucros	29.124
Lucro do ano conseqüente de operações continuadas	529.914
Lucro de operações interrompidas	(1.363)
Resultado consolidado do exercício	528.551
Lucro atribuído aos juros minoritários	88.264
Lucro atribuído à empresa dominante	440.287

Tendo em conta estas premissas, a margem líquida de juros teria ascendido a 3.135 milhões de euros. As comissões líquidas totais contribuem com 1 158 milhões de euros, o que, juntamente com o desempenho favorável registado nos resultados das operações financeiras, que totalizam 1.390 milhões de euros, e com os lucros provenientes das filiais e de outras receitas operacionais, elevam a margem bruta para 6.049 milhões de euros.

As despesas operacionais, incluindo custos com pessoal e outras despesas administrativas gerais, totalizam 2.739 milhões de euros, elevando o rácio de eficiência para 45,3%.

Depois de contabilizados todos os custos de reestruturação que ascendem a 1.424 milhões de euros e a provisão para as perdas do exercício, o resultado estimado antes de impostos é de 501 milhões de euros que, depois de considerar o efeito fiscal e os resultados atribuíveis aos juros minoritários, colocaria o lucro atribuível à empresa dominante nos 440 milhões de euros.

Principais factores de risco do negócio

Tendo em conta a data de constituição do Grupo (31 de Dezembro de 2010), os objectivos, políticas e mecanismos de gestão e medição de risco aplicados durante o ano de 2010 aos instrumentos financeiros do Grupo correspondem aos objectivos, políticas e mecanismos de gestão e medição do risco de crédito, liquidez, mercado e concentração aplicados pela administração de cada uma das Caixas que integram o Grupo, informações que podem ser encontradas nas contas anuais auditadas do ano de 2010 de cada uma das Caixas.

Devido à heterogeneidade dos métodos de medição, objectivos e políticas aplicados pelas Caixas durante o ano de 2010, esta informação não é apresentada a nível consolidado. Tal

como mencionado, o Banco tem competências para definir as estratégias e as políticas unificadas tanto do próprio Banco como das Caixas que fazem parte do Grupo, incluindo, nomeadamente, definir os objectivos, as políticas e os processos de gestão de risco, que, em 31 de Dezembro de 2010, se encontram em processo de definição por parte da Administração do Grupo.

Acções próprias

Durante o exercício de 2010, o Banco não realizou operações com as suas próprias acções, não possui acções em tesouraria, não foram aceites acções do Banco como garantia nem existem acções do Banco propriedade de terceiros que estejam a ser geridas pelo próprio.

Investigação e Desenvolvimento

As Caixas que fazem parte do Grupo Banco Financiero y de Ahorros realizaram várias actividades em I+D+i incluídas nas contas anuais auditadas de 2010 de cada uma, enquanto que no Banco, devido à sua recente constituição, não foram concluídos desenvolvimentos tecnológicos de destaque no referido período.

Por outro lado, o Banco e as Caixas deram início a várias acções para desenvolver a integração tecnológica do Grupo, que será um dos principais desafios que o Grupo irá enfrentar em 2011, e que se irão materializar numa única plataforma tecnológica que irá apoiar a entidade resultante.

Factos relevantes posteriores ao fecho do exercício

Após o fecho do ano, o Banco juntamente com as restantes Caixas que compõem o novo Grupo assinaram uma segunda adenda ao Acordo de Integração em que ficou acordada a cessão, por parte das Caixas ao Banco, da titularidade de todos os activos e passivos afectos ao respectivo negócio bancário, quer os localizados em territórios comuns, como já previsto, quer aqueles localizados nos seus territórios naturais.

Neste sentido, os Conselhos de Administração e as Assembleias-gerais das Caixas aprovaram e assinaram o Projecto Comum de Segregação de cada Caixa e Banco Financiero y de Ahorros, S.A., através do qual, depois de obtidas as autorizações e as aprovações relevantes, serão segregados e transmitidos os activos e passivos de cada Caixa à excepção da marca, os activos e passivos afectos à Obra Social, certas participações incluídas no Acordo de Integração, o Monte de Piedad, os activos e passivos com restrições legais ou contratuais a serem transferidos e determinados os bens móveis e imóveis de natureza artística e cultural.

O Ministério da Economia e Finanças tornou público o seu Real Decreto-Lei 2/2011 de 18 de Fevereiro chamado "Plano de Fortalecimento do Sector Financeiro", que, entre outros objectivos, prevê o reforço dos requisitos de solvência para o estabelecimento de determinados requisitos mínimos de capital básico a atingir antes do Outono de 2011. A Direcção do Grupo está a analisar as diversas alternativas para reforçar o seu capital regulamentar que lhe permita atingir os níveis mínimos, que de acordo com o mencionado Real Decreto-Lei publicado, possam ser legalmente impostas no ano de 2011.

Negócio Previsível

As perspectivas económicas e financeiras para o próximo ano fiscal de 2011 são complicadas. Previsivelmente, a economia espanhola vai continuar fraca com a procura interna ainda sob o peso da desalavancagem e ajuste contínuo no sector do imobiliário. A resolução da crise soberana na Zona Euro e a materialização da agenda de reformas (especialmente pensões, sector financeiro e administração pública) serão fundamentais para reforçar a confiança dos mercados financeiros na economia espanhola.

Neste contexto económico e financeiro, o Grupo iniciou o seu percurso com a certeza de que, considerando a sua actuação, no ano de 2011, ficará marcado por uma actuação prudente, visando consolidar e fortalecer as suas bases, que reforcem a sua posição como um dos principais grupos financeiros nacionais. As principais linhas de actuação destinam-se a:

- Desenvolver e completar a Integração operacional. É um dos grandes desafios que o Grupo irá enfrentar a curto prazo, assumindo um grande desafio tecnológico. No entanto, a sua execução completa e adequada é a chave para o progresso no sentido de alcançar as sinergias esperadas que irão melhorar a eficiência do Grupo. À data deste relatório, o grau de realização das sinergias de custo esperadas é superior ao inicialmente previsto.
- Fortalecer a situação de liquidez. Num ambiente complexo de acesso aos mercados de capitais, aumentar o peso do financiamento dos minoritários e fortalecer a estrutura financeira do Grupo, serão os principais objectivos para o próximo ano.
- Controlar e reduzir a morosidade. A constituição do Grupo fornece uma clara oportunidade para estabelecer as melhores práticas de gestão do risco, apoiada pelas economias de escala e impulsionada pela integração funcional e operacional.
- Fortalecer a solvência. O grupo inicia a sua viagem com um nível global de solvência e provisões adequado. No entanto, perante os novos requisitos de capital recentemente anunciados pelo Governo, a Administração do Grupo está a estudar diversas alternativas adicionais para o fortalecimento do capital regulamentar para gerar capital ordinário. Estas alternativas incluem a possibilidade de adicionar novos accionistas ao Banco ou fazer uma oferta pública de subscrição de acções do Banco Financiero y de Ahorros, S.A.

Balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2010

(em milhares de euros)

Activo	2010
Caixa e depósitos em bancos centrais	6.636.387
Carteira de negociação	16.596.095
Outros activos financeiros de valor razoável com câmbios em perdas e ganhos	94.771
Activos financeiros disponíveis para a venda	23.414.085
Investimentos de crédito	233.458.104
Depósitos em entidades de crédito	13.151.052
Crédito a clientes	214.519.719
Valores representativos de dívida	5.787.333
Carteira de investimentos com vencimento	16.082.092
Derivados de cobertura	3.950.318
Activos não correntes em venda	5.450.384
Participações	6.492.100
Contratos de seguros vinculados a pensões	246.839
Activos de resseguros	1.182
Activos materiais	5.952.430
Activo intangível	272.886
Activos fiscais	6.239.260
Outros activos	3.390.108
Total do activo	328.277.041

Passivo e património líquido

	2010
Passivo	
Carteira de negociação	14.062.812
Passivos financeiros com custos amortizados	297.200.063
Depósitos de bancos centrais e entidades de crédito	42.457.324
Depósitos de clientes	165.447.608
Débitos representados por valores negociáveis	72.010.297
Passivos subordinados	15.095.201
Outros passivos financeiros	2.189.633
Derivados de cobertura	1.002.695
Passivos de contratos de seguros	357.959
Provisões	2.345.368
Passivos fiscais	1.238.684
Fundo da Obra Social	363.450
Outros passivos	1.032.761
Total do passivo	317.603.792
Património líquido	
Fundos próprios	8.479.857
Ajustes por valorização	-
Juros minoritários	2.193.392
Total do património líquido	10.673.249
Total do património líquido e passivo	328.277.041

Para memória

	2010
Riscos contingentes	14.272.258
Compromissos contingentes	46.003.554

**Demonstração de resultados consolidados correspondente ao período
compreendido entre 3 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010**

(em milhares de euros)	2010
Juros e rendimentos assimilados	3.779
Juros e encargos assimilados	(3.779)
Receita líquida de juros	-
Rendimento de instrumentos de capital	-
Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação	-
Comissões líquidas	-
Resultados de operações financeiras e diferenças de câmbio (líquido)	-
Outros produtos e encargos de exploração	-
Margem bruta	-
Despesas de administração	-
Amortização	-
Dotações para provisões (líquido)	-
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	-
Resultado da actividade de exploração	-
Outros resultados líquidos	-
Resultado antes de impostos	-
Imposto sobre os lucros	-
Lucro do ano consequente de operações continuadas	-
Lucro de operações interrompidas	-
Resultado consolidado do exercício	-
Lucro atribuído a juros minoritários	-
Lucro atribuído à empresa dominante	-

RELATÓRIO DA AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do Banco Financiero y de Ahorros, S.A.:

Procedemos à auditoria das contas anuais consolidadas do Banco Financiero y de Ahorros, S.A. (o “Banco”) e subsidiárias que compõem o Grupo Banco Financiero y de Ahorros (o “Grupo”) que incluem o balanço a 31 de Dezembro de 2010, a conta de perdas e lucros, a declaração de receitas e despesas, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o memorandum, consolidados e correspondentes ao exercício findo na referida data. Os Administradores do Bancos são responsáveis pela formulação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o quadro regulamentar aplicável aos relatórios financeiros do Grupo (identificada na Nota 1.2 da memória consolidada em anexo) e, em particular com os princípios e com critérios contabilísticos nele contidos. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, com base no trabalho realizado de acordo com as regras que regem a actividade de auditoria vigentes em Espanha, que obrigam a uma análise, mediante a realização de provas selectivas, dos comprovativos que sustentam as demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação de que a sua apresentação, os princípios e critérios contabilísticos utilizados e as estimativas realizadas, são consistentes com o quadro regulamentar da informação financeira que é aplicável.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas de 2010 exprimem, em todos os aspectos significativos, de forma justa o património consolidado e a posição financeira consolidada do Banco Financiero y de Ahorros, S.A. e subsidiárias que compõem o Grupo do Banco Financiero y de Ahorros em 31 de Dezembro de 2010 bem como o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados correspondentes ao ano findo na referida data, em conformidade com o quadro regulamentar aplicável aos relatórios financeiros e, em particular, com os princípios e com os critérios contabilísticos incluídos neste documento.

Sem que tal afecte a opinião expressa na auditoria, chamamos a atenção para o referido pelos Administradores na Nota 1.9 do relatório anexo consolidado, em relação à assinatura em 2011 de um segundo aditamento ao Acordo de Integração subscrito entre a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid, Caja de Ahorros de Valencia, Castellón y Alicante, Bancaja, Caja Insular de Ahorros de Canarias, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ávila, Caixa d'Estalvis Laietana, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Segovia e Caja de Ahorros de la Rioja (as "Caixas") para a constituição do Grupo que tem sido articulado em torno da figura de um Sistema Institucional de Protecção e sobre a aprovação do Projecto Comum de Segregação por parte dos órgãos governamentais das Caixas através do qual, depois de obtidas as respectivas autorizações e aprovações pertinentes, segregarão e transmitirão ao

Banco os seus activos e passivos à excepção da marca, activos e passivos afectos à obra social, determinadas participações recolhidas no Acordo de Integração, o Monte de Piedad, os activos e passivos que possam ter algumas restrições legais ou contratuais para serem transferidos e determinados bens móveis e imóveis de natureza artística e cultural.

Sem que tal afecte também a opinião expressa na auditoria, chamamos igualmente a atenção para o indicado pelos Administradores do Banco nas Notas 1.9 e 4 do relatório anexo consolidado no qual são apresentadas determinadas informações sobre os requisitos de recursos próprios do Grupo e no qual está indicado que, à data de 18 de Fevereiro de 2011, foi aprovado o Real Decreto-Lei 2/2011, que estabelece o desenvolvimento da regulamentação do denominado "Plano de Fortalecimento do Sector Financeiro", que foi lançado em Janeiro de 2011 pelo Ministério da Economia e Finanças e, entre outros objectivos, prevê antecipar os requisitos de solvência estabelecidos na Basileia III, que estabelece determinados requisitos mínimos de capital a atingir durante o ano de 2011. Conforme indicado nas Notas 1.9 e 4 acima referidas, o Grupo está a analisar as diversas alternativas para fortalecer o seu capital regulamentar e começou o trabalho e os procedimentos que lhe permitirão atingir os níveis mínimos que, de acordo com o Real Decreto-Lei, lhe são exigidos no ano de 2011.

O relatório de gestão consolidado de 2010 anexo contém as explicações que os administradores do Banco consideram relevantes para a situação do Grupo, a evolução de seus negócios e outros assuntos e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificámos que a informação contabilística incluída no referido relatório de gestão consolidado é consistente com a informação das contas anuais consolidadas de 2010. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance previsto neste parágrafo e não inclui a revisão de outras informações para além das que constam dos registos contabilísticos do Banco e das suas subsidiárias.

Deloitte, S.L.
Inscrita na R.O.A.C. S0692

(Assinatura elegível)

Francisco Celma
25 de Março de 2011

INSTITUTO DE
CENSORES JURADOS
DE CUENTAS DE ESPANA

Membro em exercício:
DELOITTE, S.L.

Ano 2011 Nº 01/11/02565
VALOR: 90,00 EUR

Este relatório está sujeito à taxa
aplicável estabelecida na
Lei 44/2001 de 22 de Novembro